

REVISTA SINDEPOL-GO



WWW.SINDEPOL.COM.BR | EDIÇÃO NÚMERO 2 | ABRIL / MAIO 2020

A REVISTA SINDEPOL-GO É UMA PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DE GOIÁS



SINDEPOL UM MARCO NA POLÍCIA CIVIL

MELHORIAS

A sede do Sindepol acaba de ganhar uma cara nova. A reforma do local foi entregue no último dia 17, após uma obra que durou 3 meses.

INCLUSÃO SOCIAL

Delegacia em Anápolis é pioneira no processo de inclusão social



Diretoria

Presidente: Adriano Sousa Costa

Vice-Presidente: Webert Leonardo L. da S. Santos

Secretário Geral: Thiago Damasceno Ribeiro

Segundo Secretário: Paulo Ludovico Evangelista

Primeiro Tesoureiro: Fabrício Madruga Santos

Segundo Tesoureiro: Thiago Torres

Diretora para Assuntos Previdenciários: Silvana Nunes Ferreira

Diretor de eventos Culturais e Esportivos: Gylson Mariano Ferreira

Diretor de Relações Interinstitucionais: André Gustavo Corteze Ganga

Diretor de Assuntos Acadêmicos: Anderson César P. Pimentel Penha

Diretora de Modernização e Projetos Estratégicos: Mayana Rezende

Suplentes

Breyenner Vasconcelos Cursino

Sabrina Leles de Lima Miranda

Carla de Bem Monteiro

Ricardo Torres Chueire

Carlos César Simão Lerverger

Vinícius Teles da Silva Costa

Patrick Fernando Carniel

Marcelo Aires Medeiros

José Antônio Machado Sena

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Conselho Fiscal

Rômulo Figueiredo de Matos

José Bomtempo da Cruz

Rodrigo do Carmo Godinho

Suplentes do Conselho Fiscal

Pedro Garcia Caires

Laudelina Inácio da Silva

Gustavo Carlos Ferreira

Conselho de Ética e Prerrogativas

Primeiro Diretor de Ética e Prerrogativas: Arthur Robert G. C. Fleury de Vidigal

Segundo Diretor de Ética e Prerrogativas: Gustavo Ribeiro da C. Rigo Guimarães

Terceiro Diretor de Ética e Prerrogativas: Wilson Luís Vieira

Suplentes do Conselho de Ética e Prerrogativa

Maria Lúcia de Paula Freitas

Danilo Fabiano Carvalho e Oliveira

Marco Antônio Zenaide Maia Júnior

Representantes Junto à Federação

Primeiro Diretor representante junto à Federação:

Rodrigo Mendes de Araújo

Segundo Diretor representante junto à Federação:

Maurício Rocha Passerini

Edição e redação:

Palavra Comunicação

Projeto gráfico e diagramação:

Tiago Gomes Rodrigues

SUMÁRIO

EDITORIAL 03

CAPA 04
SINDEPOL: UMA MARCO NA
POLÍCIA CIVIL

ARTIGO 06
JAQUELINE CAMARGO

MÚSICA 08
ALEXANDRE AUGUSTO

ENTREVISTA 10
FERNANDA LIMA

PERFIL 12
MAYANA REZENDE

LITERATURA 13
EURÍPEDES DA SILVA

INCLUSÃO SOCIAL 14
MANOEL VANDERIC

MELHORIAS 16
SINDEPOL DE CARA NOVA

GASTRONOMIA 19
ARHTUR FLEURY



EDITORIAL

Nosso segundo número da revista é uma edição comemorativa do aniversário de 15 anos da fundação do Sindepol. Por esse motivo, trazemos uma matéria especial sobre o Sindicato dos Delegados de Polícia Civil de Goiás, ideia que se concretizou no dia 29 de abril de 2005. Entrevistamos ex-presidentes, como a delegada Darlene Costa Azevedo Araújo, que foi a primeira a ocupar o cargo principal de nossa entidade, e trazemos um panorama do quanto já conquistamos desde a fundação do Sindepol.

Nessa edição vamos novamente prestigiar o nosso maior patrimônio: os delegados de Polícia. Por isso, conheceremos um pouco mais sobre a intimidade de alguns colegas, além das delegacias e do trabalho de campo. Como é o caso do delegado Arthur Fleury, titular da Delegacia de Abadia de Goiás, apaixonado pela arte do churrasco, que nos dará dicas de como assar na parrilla à moda argentina e uruguaia.

Quem também nos presenteia com dicas de leitura é o delegado Eurípedes da Silva, que aliou a carreira de 32 anos na polícia civil com o talento para escrever histórias, contos e roteiros.

Também vamos conhecer o trabalho do delegado Manoel Vanderic, titular da Delegacia de Proteção ao Idoso, à Pessoa com Deficiência, ao Consumidor e Trânsito de Anápolis que desenvolve um projeto de inclusão social inspirador.

Nessa edição também fazemos uma homenagem ao Dia Internacional das Mulheres, 8 de março, com entrevistas com as delegadas Mayana Resende, da Deic, e Fernanda Lima, à frente da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, de Formosa. E também um artigo sobre a questão do gênero com a delegada titular de Rio Verde, Jaqueline Camargo Machado de Queiroz Sielskis.

Também apresentamos aos nossos associados, o resultado da reforma da nossa sede, que agora está mais confortável e bonita.

Esses são alguns dos assuntos da nossa revista. Boa leitura.

Adriano Sousa Costa
Presidente Sindepol



SINDEPOL: UM MARCO NA POLÍCIA CIVIL

Há 15 anos nasce o Sindicato dos Delegados de Polícia Civil de Goiás

A criação do Sindepol é um marco na história da Polícia Civil goiana, um divisor de águas na carreira dos delegados de polícia do Estado de Goiás. Assim definem todos os presidentes que passaram pelo sindicato desde a sua criação em 29 de abril de 2005: **Darlene Costa Araújo, Wilson Luís Vieira, Fábio Alves de Castro Vilela, Silvana Nunes Ferreira** e o atual presidente, **Adriano Sousa Costa**.

“Havia uma Polícia Civil goiana antes da fundação do Sindepol e há outra Polícia Civil hoje”, diz a primeira presidente do sindicato, a delegada Darlene Costa Araújo. Ela observa que o Sindepol veio para atender de maneira mais eficiente as questões que realmente interessavam à categoria, como a da grande discrepância salarial entre as classes de delegado, já que têm um papel constitucional. Ela se refere ao fato de que, em 2005, um delegado de primeira classe recebia um salário de R\$ 2,5 mil, enquanto um de classe especial tinha vencimentos de R\$ 12,5 mil.

“Hoje, a diferença entre as classes, uma conquista histórica do Sindepol, é de apenas 10%”, afirma, ao lembrar da luta para uma equiparação mais justa entre as classes de delegados, entre outras batalhas como a criação da Lei Orgânica, a remuneração salarial por acúmulo de comarcas, a infraestrutura ruim das delegacias de polícia, a incorporação ao salário de gratificações, a melhoria das condições de trabalho muitas vezes precárias, entre outras questões, que impediam um melhor desempenho dos delegados.

HISTÓRIA

O Sindepol nasceu com 90 membros e, atualmente, congrega 430 associados, entre delegados na ativa e os aposentados. “Havia muita resistência, não tínhamos dinheiro, nossa sede era em uma sala doada pelo delegado Álvaro Melo, na Avenida Independência. Hoje, somos uma entidade realmente representativa, que luta para corrigir as disparidades e outras demandas relativas à carreira, ingressamos na Justiça para defender nossos direitos, temos uma comunicação ágil e eficiente. É uma outra realidade”, pontua Darlene, que esteve à frente do Sindepol da fundação até 2010.

Quem também participou diretamente da criação do sindicato é a delegada Silvana Nunes Ferreira, que foi presidente de 2016 a 2018. “O Sindepol veio para oficializar a existência de um órgão que defende a categoria de uma forma completamente independente, autônoma, comprometida apenas com a manutenção e garantia dos direitos e prerrogativas dos delegados e isso reflete diretamente na qualidade e na força da própria instituição”, acredita.

Na opinião da ex-presidente, a partir do momento que existem mais garantias de independência e autonomia para o delegado, isso reflete diretamente para a sociedade, já que aquele trabalho de investigação e apuração criminal, seja de menor grau ofensivo até os de colarinho branco, será feito de forma mais justa, isonômica, imparcial, correta e eficiente.

“Tudo de acordo com a lei, e com os princípios éticos e morais que devem caber dentro de uma investigação. Grande parte do respaldo do delegado se deve ao Sindepol, que blinda o profissional de qualquer ingerência e interferência em relação ao seu trabalho”, reforça.

LUTAS CONTÍNUAS

Na opinião do atual presidente do Sindepol, Adriano Costa, a missão mais importante do sindicato é, sem dúvida, a defesa dos interesses da categoria, mas há certas especificidades que precisam ser levadas em consideração. “Costumamos ir um pouco além do que é normalmente esperado. De campanha de vacinação até a realização de simpósios jurídicos, tudo que puder incrementar o bem-estar dos sindicalizados costuma ser feito por nós”, detalha.

Para Adriano Costa, a importância do Sindepol para a sociedade vai muito além da defesa dos interesses dos delegados. No sua opinião, uma categoria bem valorizada presta um serviço público de melhor qualidade para o cidadão. “Pense, por exemplo, acerca desses vários simpósios de atualização jurídica. Ao ministrarmos conhecimento aos delegados de polícia, o atendimento às demandas públicas se dará de forma ainda mais eficiente e técnica. É por isso que se torna inegável o caráter social de entidades representativas como a nossa”, sublinha.

O presidente do Sindepol ressalta que as conquistas obtidas pelo Sindepol nesses 15 anos, além de serem muitas, são das mais variadas estirpes. “Do reconhecimento da carreira jurídica até a melhoria das condições estruturais e de salário, tudo foi marcante. Fato é que, se hoje o caminho classista está sedimentado, muitos outros presidentes da entidade tiveram que deixar o seu suor nesse caminho. É como dizia Newton: ‘se vi mais longe foi por estar de pé sobre ombros de gigantes’. E eu, com certeza, sustento-me no legado dos meus antecessores”, observa.

Ainda assim, segundo Adriano Costa, ainda há muitas reivindicações a serem atendidas em prol da categoria dos delegados de polícia: “Temos uma pauta de reivindicações, a qual, inclusive, pode se compatibilizar com os interesses do governo. Cito, por exemplo, a nomeação dos delegados de polícia do concurso de 2019. Quem perde com essa nomeação? Acho que ninguém, até porque é a sociedade quem ganhará (e muito) com tal contratação, pois são 176 municípios sem delegado de polícia, atualmente”, exemplifica. Para Adriano Costa, é preciso, ainda, compreender que a nomeação desses novos delegados não é um gasto público, mas um grande investimento.

“É só olhar quanto dinheiro está sendo sequestrado de grandes grupos criminosos. Até aviões e helicópteros passaram a ser objetos usuais de apreensão. E não só isso: os policiais civis estão tendo um papel muito importante nesse momento de pandemia de coronavírus”, afirma. Adriano diz ainda que, sem tais profissionais, a sociedade poderia estar vivendo um momento ainda mais caótico, com os preços dos produtos alimentícios na estratosfera. “Enfim, é preciso entender que os bons índices de criminalidade do estado de Goiás demandam investimento público de qualidade, que é o caso”, conclui.

AVANÇOS

Também presidente do sindicato – entre 2010 e 2013, Wilson Luís Vieira, reforça a importância do Sindepol comparando o mundo de antes e depois do boom tecnológico: “Você é ligado em tecnologia e nas infinitas possibilidades que ela representa para o sucesso da humanidade?”

Consegue imaginar o mundo sem as redes sociais, supercomputadores, os complexos softwares de uso corporativos, coletivos e individuais? Fica sem um smartphone? Lembra de 15 anos atrás? O celular era para falar, o iPhone surgiu em 2007 e os notebooks eram artigos de luxo na Polícia Civil de Goiás”, questiona.

Foi exatamente nesse período de efervescência tecnológica que surgiu o Sindepol. “Gosto de fazer este paralelo. O mundo tecnológico avançou nestes últimos 15 anos de uma maneira intensa, mudou comportamentos, padrões sociais e profissões mundo afora. Por outro lado, foi graças a nossa forma coletiva de luta que conseguimos permanecer e avançar como uma das mais importantes carreiras a serviço da sociedade”, analisa.

Na opinião do delegado, o Sindepol é um ideal coletivo que interfere trabalhando pela sistematização de carreira, pela criação e desenvolvimento das estruturas necessárias ao trabalho dos delegados e na defesa dos homens e mulheres que individualmente a compõem. “Não precisamos enumerar os avanços tecnológicos dos últimos 15 anos para entender que são frutos do esforço de muitos para propósitos comuns. Da mesma forma não preciso aqui dizer das lutas e conquistas do Sindepol para que se entenda o quanto foi importante nos mantermos unidos e representados”, conclui.

FATOS RELEVANTES

De acordo com o delegado Fábio Alves de Castro Vilela, que presidiu o Sindepol de 2013 a 2016, o sindicato tem várias conquistas relevantes. Ele se lembra de que, quando assumiu a entidade, deu prosseguimento ao planejamento que havia sido adotado pelas gestões anteriores. “Havia uma série de negociações com o governo, pois desde a época da Dra. Darlene Araújo tínhamos tido dificuldades com alguns personagens e com algumas secretarias do governo passado, tanto no recebimento de demandas quanto na violação dos direitos de delegados, que fizeram a então presidente do Sindepol e depois seu sucessor, o Dr. Wilson Luís Vieira, passarem por muitos percalços, mas que sempre foram enfrentados”.

Entre feitos da sua gestão, no âmbito estadual, uma das lutas do Sindepol foi dar continuidade a uma proposta de produtividade.

“Éramos uma das carreiras que mais se comprometeram com o governo à época em produzir algo além, em virtude dos altos índices de criminalidade em todo o País, e que por conta disso conseguimos ser uma das polícias mais produtivas do Brasil, obviamente pelo mérito dos colegas”, sublinha.

Outra luta se refere à negociação salarial que colocou a Polícia Civil de Goiás como a que pagava o maior salário no País durante algum tempo. “Isso, inclusive, atraiu muitos candidatos nos últimos dois concursos. Hoje, o que temos de remuneração é resultado dessa negociação que não foi fácil, haja vista nosso sofrimento na Assembleia Legislativa”.

Além disso, Fábio cita projetos de reestruturação da carreira, de restabelecimento das atribuições de revalorização das funções de investigação e escrivania cartorária que começaram naquela época e que estão em andamento até hoje”.



Darlene Costa Araújo



Wilson Luís Vieira



Fábio Vilela



Silvana Nunes Ferreira



Adriano Sousa Costa

POR QUE FALAR EM GÊNERO?

Jaqueline Camargo Machado de Queiroz Sielskis



Ao ser convidada para escrever um artigo para esta edição, vi uma grande oportunidade para despertar os leitores sobre a necessidade de se fazer uma reflexão acerca da discriminação de gênero e da violência de gênero, tema que tem se mostrado cada vez mais importante na sociedade atual.

Contudo, antes de se falar sobre gênero, é muito importante distinguir sexo e gênero, haja vista que são conceitos diferentes, mas que muitas vezes são tratados equivocadamente como sinônimos, dificultando o entendimento da sociedade sobre a temática.

Por muito tempo as diferenças entre homens e mulheres eram consideradas inatas, decorrentes de distinções naturais dos sexos. Assim, foi construída uma ideia sobre o “masculino” e o “feminino” definindo os lugares supostamente naturais e permanentes a serem ocupados por homens e mulheres na sociedade. Nesse sentido, os homens deveriam dominar os espaços públicos, trabalhando fora de casa, sendo racionais, fortes fisicamente e corajosos, ao passo que a mulher deveria desempenhar os papéis de dona de casa, reprodutora e esposa, devendo ser dócil, frágil e educada, necessitando da especial proteção de um varão.

Apesar de ser evidente a diferença sexual entre os corpos humanos, as formas de ser “homem” e de ser “mulher” não derivam dos órgãos genitais, mas de aprendizados culturais, que são variáveis de sociedade para sociedade e em cada período histórico.

Nesse sentido, a expressão gênero surgiu para distinguir valores e práticas que cada cultura associa ao sexo de nascimento de cada indivíduo, de forma que os indivíduos nascem fêmeas e machos (sexos biológicos), mas as cultura os transforma em homem e mulher, de acordo com os papéis sociais fixados e desempenhados por cada um deles.

Dessa forma, sexo está relacionado à natureza humana, definido no momento do nascimento, ao passo que os gêneros masculino e feminino são construções sociais que variam de acordo com o contexto cultural, político, econômico e social de cada comunidade, de forma que para pertencer ao gênero masculino, o homem deve

agir e se comportar de acordo com o papel que a sociedade atribui a ele, sendo que o mesmo raciocínio se aplica à mulher. As pessoas, então, aprendem a agir na esfera pública e privada, de acordo com os papéis, responsabilidades e os privilégios que a sociedade definiu para elas. Contudo, tais papéis geram relações de poder eventualmente desiguais e, em se tratando de homens e mulheres, as mulheres se encontram em situação de desvantagem quando comparadas a homens do mesmo nível econômico e social.

Para melhor compreensão da reflexão acima imposta, é só se perguntar: em uma família com um casal de filhos, após um almoço de domingo, quem auxilia a mãe a lavar as louças do almoço? A menina ou o menino? Se a sua resposta foi os dois, ótimo! Isso demonstra que você considera homens e mulheres como seres humanos iguais. Contudo, na maioria dos lares, nessa situação fática, quem ajudaria a mãe a tirar a mesa e a lavar as louças seria somente a menina. Por quê? Porque a sociedade entende que a função de cuidar da casa é papel das mulheres, ou seja, a sociedade construiu esse entendimento de que as mulheres têm a função principal de cuidar do lar.

Todavia, é importante refletirmos: quem disse que a função da mulher é cuidar da casa e dos filhos? E se esta mulher não quiser se casar ou não quiser ter filhos? Como ela será vista pela sociedade? Imaginem uma mulher de meia idade, bem sucedida profissionalmente, mas solteira e sem filhos. Ela é uma mulher plena e feliz ou lhe falta algo???

Além disso, também é importante perceber que o ser “homem” e o ser “mulher” varia de acordo com o contexto cultural, político, econômico e social de cada comunidade, conforme já anotado anteriormente. Nesse sentido, uma mulher muçulmana, de acordo com o entendimento social dos muçulmanos, deve se cobrir com um véu. Nesse exemplo, fica muito fácil entender a influência cultural, religiosa e social que varia de comunidade para comunidade e influencia a atuação de homens e mulheres na sociedade.

Este é somente um exemplo, mas há tantos outros que demonstram como a construção social influencia no agir de homens e mulheres pelo mundo, basta pensarmos nas mutilações genitais femininas praticadas na África, Ásia e Oriente Médio, e nos abortos seletivos na China.

Esta é somente uma reflexão inicial acerca do gênero que tem a finalidade de despertar você, leitor, para uma reflexão acerca do que é ser mulher e do que é ser homem, e a que ponto o sexo de nascimento define quem a pessoa é e como ela deve agir.

Reflexões sobre a discriminação de gênero e sobre a necessidade de se implementar políticas públicas visando a redução da desigualdade entre os gêneros se mostram essenciais para a construção de uma sociedade mais igualitária e sem violência.

Jaqueline Camargo Machado de Queiroz Sielskis é delegada titular em Rio Verde

Entre batuques e leis

Alexandre Augusto da Costa Câmara é um amante dos instrumentos de percussão e tem fama de artista entre os colegas de profissão



Delegado na Regional de Posse, quando está de folga, Alexandre tem como hobby o bongô, uma espécie de tambor duplo, originado em Cuba e utilizado pelos grupos de Son e Chagui, estilos musicais que deram origem ao conjunto de ritmos conhecido hoje como Salsa.

Quem toca é chamado de bongocero.

O delegado explica que o bongô foi abasileirado e atualmente está presente também em estilos como a MPB e o sertanejo universitário. O delegado já teve contato com outros instrumentos de percussão, como o rebolo, quando participava de um grupo de samba em São Paulo, mas foi há 15 anos, em um almoço entre amigos, que ele conheceu o bongô. Hoje, o servidor público também tem habilidades com Cajon (que significa caixa em espanhol), pandeiro e estuda cavaquinho.

O delegado se inspira em bongoceros famosos como Jack Costanzo, conhecido como Mr. Bongo, Ray Romero, Armando Peraza, Ray Barreto, Patato Valdez e Mongo Santamaria. Esse último, para Alexandre, é o melhor deles. Além disso, ele cita a histórica Buena Vista Social Club, orquestra renomada e que até hoje embala os cubanos e o mundo com ritmos latinos influentes.

Para Alexandre, a música é uma paixão. Em entrevista, o delegado lembrou momentos marcantes com a percussão e contou algumas curiosidades sobre o bongô:

Em que ocasião você costuma tocar o bongô?

Tenho alguns colegas instrumentistas e, quando nos reunimos, acaba rolando um som bem legal. Como hoje moro bem distante de alguns amigos, acabo tocando sozinho em casa mesmo. Temos hoje várias opções de músicas para serem baixadas e serem acompanhadas com percussão, o que proporciona um excelente entretenimento.

Já se apresentou em público?

Tive a oportunidade de tocar em restaurantes em São José do Rio Preto, quando morava em São Paulo. Lá tocava basicamente MPB, com três amigos. Quando quando fui delegado em Caldas Novas costumava tocar num restaurante chamado "Piano's Bar". O dono é um português, que se tornou meu amigo, chamado Luis Manoel. Ele tocava teclado, violão e sanfona e eu o acompanhava com o bongô e o cajon. Mas o bacana mesmo era vê-lo cantar músicas brasileiras com o sotaque do português de Portugal, principalmente sambas. Percebemos que o bongô dava um bom tempero e os clientes gostavam. Foi uma excelente experiência.

Por que o bongô não é um instrumento tão popular?

Conheço poucas pessoas que tocam bongô. Você vai perceber, principalmente em bares, que o instrumento preferido dos músicos é o "cajon". É uma mini-bateria acústica. Em Goiás, noto que a opção maior é pelo "cajon", já que o "bongô" é um instrumento mais específico, para acompanhamento mais definido e de estilo musical mais voltado para a salsa ou outro ritmo semelhante, apesar de acompanhar outros estilos.

Quais são as suas preferências musicais?

A bossa nova e o samba, nunca me esquecendo, é claro, da minha raiz, o sertanejo, pois sou caipira com muito orgulho.





Fernanda Lima é Delegada Titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Formosa-GO desde 2014. Paulista de nascimento, fez de Goiás o local de sua morada, onde desenvolve projetos e ações sociais relevantes para mulheres e famílias que estão em situação de violência. Confira um pouco deste trabalho a seguir:

Como é a rotina de trabalho de uma Delegacia da Mulher?

O trabalho de uma DEAM é intenso, afinal todos os dias ao menos uma mulher procura a Delegacia em busca de ajuda. Não é fácil ver o sofrimento, a dor e a culpa todos os dias, por isso, como profissionais, procuramos ir além do trabalho policial, e oferecemos suporte psicológico, jurídico e até abrigo, se for necessário, através das parcerias com órgão da Rede de Proteção.

Qual é o maior problema que você lida no dia-a-dia da Delegacia de Atendimento à Mulher?

Nossa principal dificuldade é romper com um raciocínio resistente de segurança pública e persecução penal que envaidece pessoas, separa e rivaliza instituições e torna a percepção de justiça mais distante do cidadão. Por isso, tivemos iniciativas que derrubaram muros institucionais, nos despidimos de vaidades profissionais ao assumir um compromisso voltado à apuração e repressão de crimes com rapidez e eficiência.

Por que há tanta violência contra a mulher na sociedade brasileira em todos os aspectos?

Temos visto uma escalada de violência na sociedade, que atinge homens, mulheres, crianças e até idosos. A violência contra a mulher é um triste retrato de uma sociedade adoecida, onde o respeito e o diálogo não existem, e a violência é a única forma que as pessoas encontram para se comunicar. Por muitos anos, a violência contra a mulher foi tabu, que dizia respeito apenas à intimidade das famílias e não possuía qualquer tutela do Estado. Com a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), vimos o início de uma importante mudança cultural, que dá luz à violência doméstica e propõe uma ressignificação das relações afetivas e familiares, para o bem de todos.

Quais são os crimes mais frequentes que chegam às delegacias, de uma maneira geral, em relação a esta questão?

Muita gente acha que a violência física é a mais denunciada pelas vítimas. Mas, por incrível que pareça, a violência psicológica lidera os registros de crimes de violência doméstica, sendo mais comum na forma de ameaça. Em Formosa, 47% das denúncias registradas são deste crime, que apavora mulheres e famílias, já que o agressor/agressora sabe detalhes da rotina e da vida das vítimas.

Por que há tantos homens que agredem e até matam mulheres sob a justificativa de que “não aceitam o fim do relacionamento”?

Trata-se de machismo, sentimento de rejeição por parte dos homens, enfim, o que está por trás desta justificativa recorrente dos homens? É uma questão cultural?

Nenhum ser humano deseja ser rejeitado e cada um lida de uma forma com a rejeição. Há quem se entristeça e há quem reaja energeticamente. O que não podemos tolerar é que haja desrespeito ao desejo e às vontades das pessoas, que são livres para decidir o rumo de suas vidas e também definir se desejam se relacionar com alguém ou não.

E por que muitas mulheres vão às delegacias, registram B.O., pedem medidas protetivas e acabam aceitando os seus agressores de volta e até “retirando a queixa”? Insegurança? Medo de encarar sozinhas as vidas delas próprias no futuro e as vidas dos filhos que possam ter tido com este homem ou com homens anteriores?

Romper o ciclo de violência a que se encontra inserida é um passo difícil e delicado para as vítimas. Por isso, pode acontecer delas voltarem atrás em suas decisões de romper com o agressor(a), dar outra chance e acreditar que, assim, serão felizes. Como profissional de segurança pública, cabe a mim respeitar a decisão e autonomia das vítimas e ajudá-las todas as vezes que for preciso, sem julgamentos ou cobranças. De toda forma, destaco que, mesmo que a vítima queira "retirar a queixa" na Delegacia, isto não será possível, por força de lei.

O que pode ser feito para mudar esta realidade de agressão dos homens em relação a essas mulheres?

Apenas com respeito e diálogo será possível estabelecer relações saudáveis e livres de violência e diminuir o alto índice de agressões no âmbito doméstico. É preciso educar as pessoas para relacionamentos saudáveis, para assumir suas responsabilidades pela relação que têm, para que identifiquem sinais de abuso e desrespeito e entendam que podem ser felizes sozinhas, também.

Há dados que medem o índice de agressão e assassinato de mulheres por questões domésticas no Brasil? Em caso positivo, qual é o ranking em que Goiás se encontra em comparação às demais unidades da Federação?

O Mapa da Violência de 2015 fez uma análise profunda dos índices de mortes de mulheres no país, e chocou ao apontar que o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de países onde as mulheres mais morrem. O Estado de Goiás, por sua vez, ficou em 3º lugar, atrás apenas de Roraima (1º lugar) e Espírito Santo (2º lugar).

Que ações a Polícia Civil tem feito para coibir a violência da mulher, em termos de iniciativas próprias, preventivas, que possam minimizar a violência contra a mulher?

A Delegacia da Mulher onde trabalho se estabelece em parceria com vários órgãos, contando com a Polícia Militar (Patrulha Maria da Penha), a assessoria em gestão do Corpo de Bombeiros Militar, a amplitude da Rede Municipal de Assistência Social e Saúde, o envolvimento de acadêmicos de instituições de ensino superior, além da disponibilidade social da Ordem dos Advogados do Brasil (Projeto OAB POR ELAS). Entendemos muito cedo que a DEAM não é um fim em si mesmo e que só poderemos oferecer um serviço público de qualidade e eficiente com o apoio de outros órgãos.





Liderados pela delegada *Mayana Rezende*, policiais da Delegacia Estadual de Investigações Criminais reforçam operações no combate à criminalidade em Goiás

Aliar a experiência da equipe de policiais com os novos recursos tecnológicos tem sido a receita adotada pela Delegacia Estadual de Investigações Criminais (DEIC) para o reforço das operações de combate ao crime em Goiás. Considerada um dos termômetros da eficiência da Polícia Civil no Estado e uma das mais relevantes delegacias especializadas do órgão, a DEIC é atualmente formada por 69 policiais civis liderados pela delegada Mayana Rezende.

Repressão e investigação de crimes como sequestro, roubo a banco e a residência, estelionato, fraudes e latrocínio são atribuições da equipe dividida em grupos especializados em cada tipo de delito. “Contamos com delegados, agentes e escrivães extremamente experientes em suas áreas de atuação e dedicados na prestação de um serviço de excelência aos goianos. Profissionais que se dedicam diariamente ao combate ao crime”, explica Mayana.

Com as mentes criminosas em constante evolução, utilizando-se das mais modernas tecnologias para a prática de novos crimes, nos últimos tempos o trabalho da Polícia Civil, no geral, e da DEIC, em particular, precisou se reinventar com auxílio da tecnologia. Por essas e outras, a equipe da DEIC mantém constante aprimoramento, instrução e acompanhamento na evolução tecnológica no intuito de combater determinados tipos de crimes. O intercâmbio de experiências com outras delegacias e órgãos de segurança de outros Estados tem sido de extrema importância neste processo.

Uma das operações recentes da DEIC que ganhou destaque internacional foi a Operação Icarus, que desarticulou uma organização criminosa de tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro no ano passado. A complexa investigação policial, realizada pelo Grupo Antissequestro (GAS) da DEIC, durou cerca de seis meses. A ação resultou na prisão de seis pessoas, inclusive do chefe da organização. Outros 20 mandados de busca e apreensão foram cumpridos, dos quais foram confiscados duas aeronaves, um helicóptero, 11 veículos de luxo e R\$ 571 mil.

Além do GAS, a DEIC é composta hoje pelo Grupo Antirroubo a Banco (GAB), Grupo de Repressão a Estelionato e outras Fraudes (GREF) e Grupo de Repressão a Roubos (GARRA). Órgão de execução da Polícia Civil cuja finalidade é exercer atividades de polícia judiciária na apuração de delitos de autoria conhecida e desconhecida, a DEIC é também responsável por planejar e executar ações estratégicas de repressão ao crime organizado em Goiás.

A delegada Mayana Rezende conta que se sente realizada em ser uma das poucas mulheres a ocupar a função de dirigente da especializada, já que a DEIC, ao longo da sua história, foi quase sempre comandada por homens. “As mulheres que atuam hoje na delegacia desempenham idêntico papel ao dos homens, dentro das atribuições de seus cargos”, explica Mayana. Atualmente há 15 policiais civis mulheres na DEIC.

Independente do gênero, a delegada explica que o mais importante para o bom desempenho da função policial é o comprometimento com a sociedade. “Todos os profissionais aqui lotados são tratados com igualdade de oportunidades, deveres e direitos. São pessoas extremamente capacitadas”, ressalta. Desde que assumiu o comando da DEIC em janeiro de 2019, a delegada e sua equipe deflagram inúmeras ações de enfrentamento ao crime organizado. Antes de ser aprovada no concurso para delegada, Mayana exerceu a função de escrivã de polícia por três anos. Para ela, toda a experiência na atividade policial é fundamental e o seu acúmulo converge para a prestação do serviço de maior qualidade.

Histórias de um delegado

A carreira na polícia é inspiração de muitos contos e livros do delegado aposentado e escritor Eurípedes da Silva



Com mais de oitocentos contos publicados e treze livros lançados, Eurípedes da Silva aliou a carreira de 32 anos no serviço policial com o talento para escrever histórias de ficção, poemas e roteiros. As crônicas renderam ao autor prêmios em concursos literários e convites para atuar em rádios e TVs (rádios Difusora, Mil FM, Aliança e Fonte TV), como apresentador de programas policiais. Atualmente, o delegado aposentado se dedica a viagens, ao motociclismo, aos netos, e claro, ao prazer da escrita, preparando as obras que editará em breve.

A relação de Eurípedes com a literatura é uma paixão antiga. Ele conta que na adolescência imaginava contextos diferentes para os romances que lia e modificava mentalmente o final das histórias para os personagens. Em 2000, já com alguns textos escritos sobre fatos policiais alegres e dramáticos, Eurípedes criou uma página na internet para compartilhar suas obras, a Delegacia de Contos, com o codinome Eurípedes III, que pode ser lida no endereço: www.adelegaciadecontos.blogspot.com.

“Quando trabalhei na Delegacia de Homicídios havia muitas plantas no pátio interno e o colega Carlos Teixeira, titular da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes, na ocasião, mandou cortar uma porção delas. Aí escrevi a crônica Pássaros Desabrigados e ganhei um concurso do SESI-BB”, lembra. Já o livro Emboscada foi inspirado na ocorrência que vitimou três colegas da DERCAP, no Setor Coimbra, e o romance O Menino Traficante foi inspirado numa ocorrência de um menor da região norte. O próximo romance, ainda inédito, Altar Manchado de Sangue é integralmente inspirado no assassinato de três padres e um advogado, crime ocorrido em Goiânia.

Leitor voraz, o delegado aposentado recomenda alguns títulos que marcaram sua vida e escrita:

- Gabriela, Cravo e Canela e toda obra de Jorge Amado.
- Dom Casmurro, de Machado de Assis.
- O Tronco, de Bernardo Élis.
- Vão dos Angicos, de Bariani Ortêncio.
- Xogum, de James Clavell.

Delegacia em Anápolis é pioneira no processo de inclusão social



Anápolis - Lucas Tadeu de Moraes, de 23 anos, só precisava de uma oportunidade para mostrar seu potencial no mercado de trabalho. Portador da Síndrome de Down, o jovem sempre sonhou em trabalhar na carreira policial. No final do ano de 2019, Lucas começou a ver o sonho de criança se tornar realidade. Graças a uma iniciativa do delegado **Manoel Vanderic**, titular da Delegacia de Proteção ao Idoso, à Pessoa com Deficiência, ao Consumidor e Trânsito de Anápolis, Lucas começou a prestar um trabalho voluntário na unidade.

Em Anápolis, a Delegacia de Proteção ao Idoso existe desde 2014. Já a Delegacia de Proteção a Pessoa com Deficiência foi reconhecida em 2015. “O nosso planejamento era, por meio da delegacia, integrar a pessoa com deficiência no âmbito do trabalho e da educação, além de disseminar uma cultura de respeito e amor. A gente queria que a delegacia fosse essa janela. A primeira etapa foi adaptar o prédio e a segunda foi trazer pessoas com deficiência para cá”, destacou Manoel Vanderic.

Segundo o delegado, Lucas Tadeu tem grande aptidão para lidar com outras pessoas. “Ele ajuda com a parte administrativa e também na recepção. Com a chegada dele, todo o ambiente de trabalho melhorou”, disse o delegado.

Manoel Vanderic ressaltou que empregar pessoas com síndrome de Down e outras deficiências traz benefícios não apenas para os indivíduos, mas para as organizações. “Não é só uma questão de caridade, é uma questão de coerência. Uma Delegacia de Proteção à Pessoa com Deficiência se não tiver acessibilidade cai por terra”, disse.

No Brasil, segundo estimativa do Movimento Down, existem cerca de 310 mil pessoas portadoras da Síndrome de Down. Entrar no mercado de trabalho é um passo muito importante para o desenvolvimento dessas pessoas, mas muitas vezes esbarra no preconceito e também no excesso de preocupação por parte de familiares.

A empresária Luce Anne Pereira, mãe do Lucas, é um ponto fora da curva. Ela, orgulhosa, falou da evolução do filho após começar o trabalho na delegacia. “Houve uma mudança muito grande. A autoestima dele aumentou”, contou.

Lucas foi diagnosticado, em 2018, com um câncer na virilha. Ele fez uma cirurgia para retirada do tumor e foi curado em novembro de 2019. Segundo a mãe do jovem, a cada quatro meses Lucas faz acompanhamento no Hospital do Câncer de Barretos. Luce contou que graças ao trabalho na delegacia o tratamento se tornou mais leve. “Ele se sente feliz no trabalho e isso tudo ajuda no tratamento”, alegou.

Expansão

O projeto de inclusão social, idealizado por Manoel Vanderic, tem ganhando novos espaços. Segundo o delegado, uma vez por semana os atendimentos da delegacia são realizados na APAE de Anápolis. “Essa iniciativa é para facilitar a proximidade com as famílias e com o nosso público”, explicou.

Além disso, o delegado ressaltou que o projeto deve servir de exemplo para outras instituições. “A ideia é que a delegacia se tornasse um espelho para outros órgãos públicos, como Procon e Vapt Vupt, para que eles recebessem essas pessoas. Aparentemente, isso tem começado a gerar frutos. Isso vai suscitar projetos de leis e políticas públicas para acolher essas pessoas também em outros órgãos”, comentou Manoel Vanderic.



De cara nova

Reforma na sede do Sindepol trouxe mais conforto e praticidade para o espaço

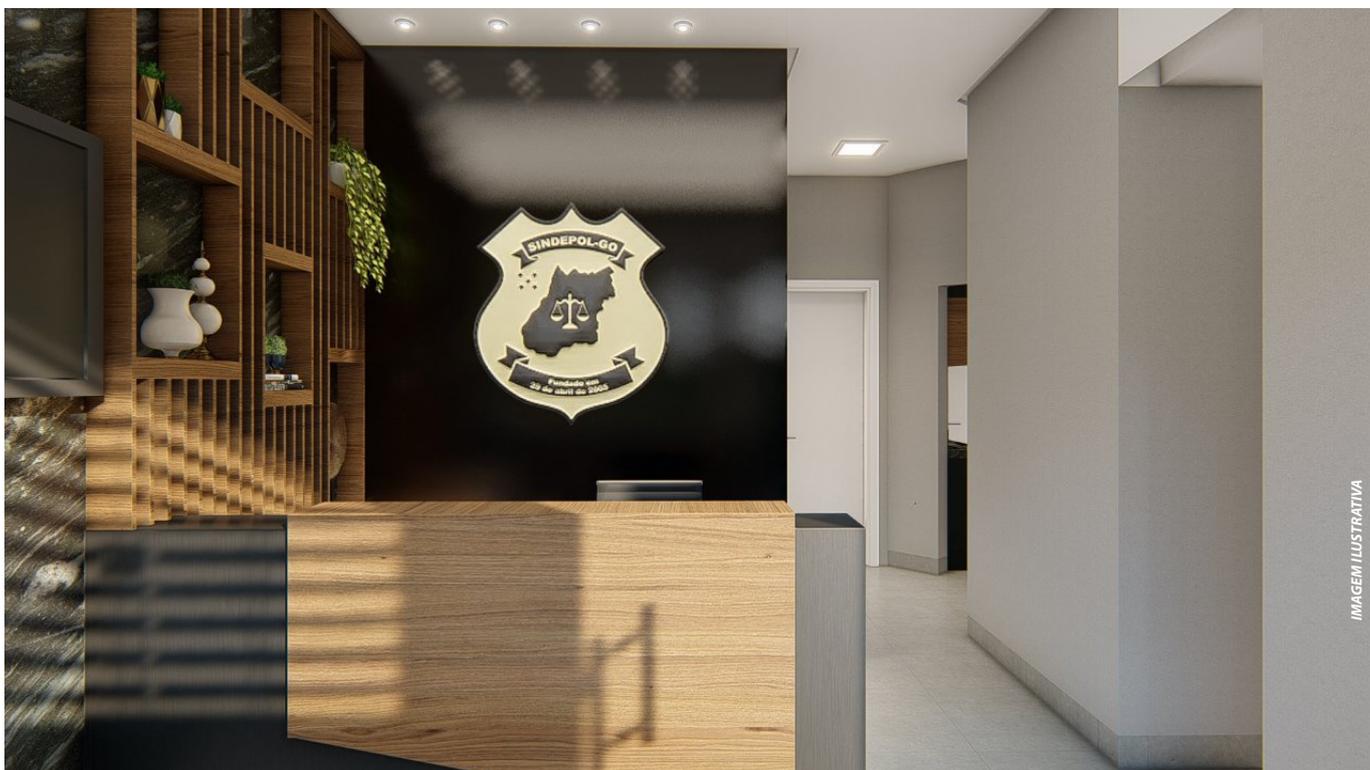


IMAGEM ILUSTRATIVA

Depois de três meses de obras, a sede do Sindepol está de cara nova. A reforma do local foi entregue no último dia 17 de abril com projeto idealizado pela equipe do Mais Studio Arquitetura, das arquitetas Renata Moreira e Paula Guimarães em conjunto com a construtora e incorporadora A.Monteiro, do engenheiro Felipe Kalil.

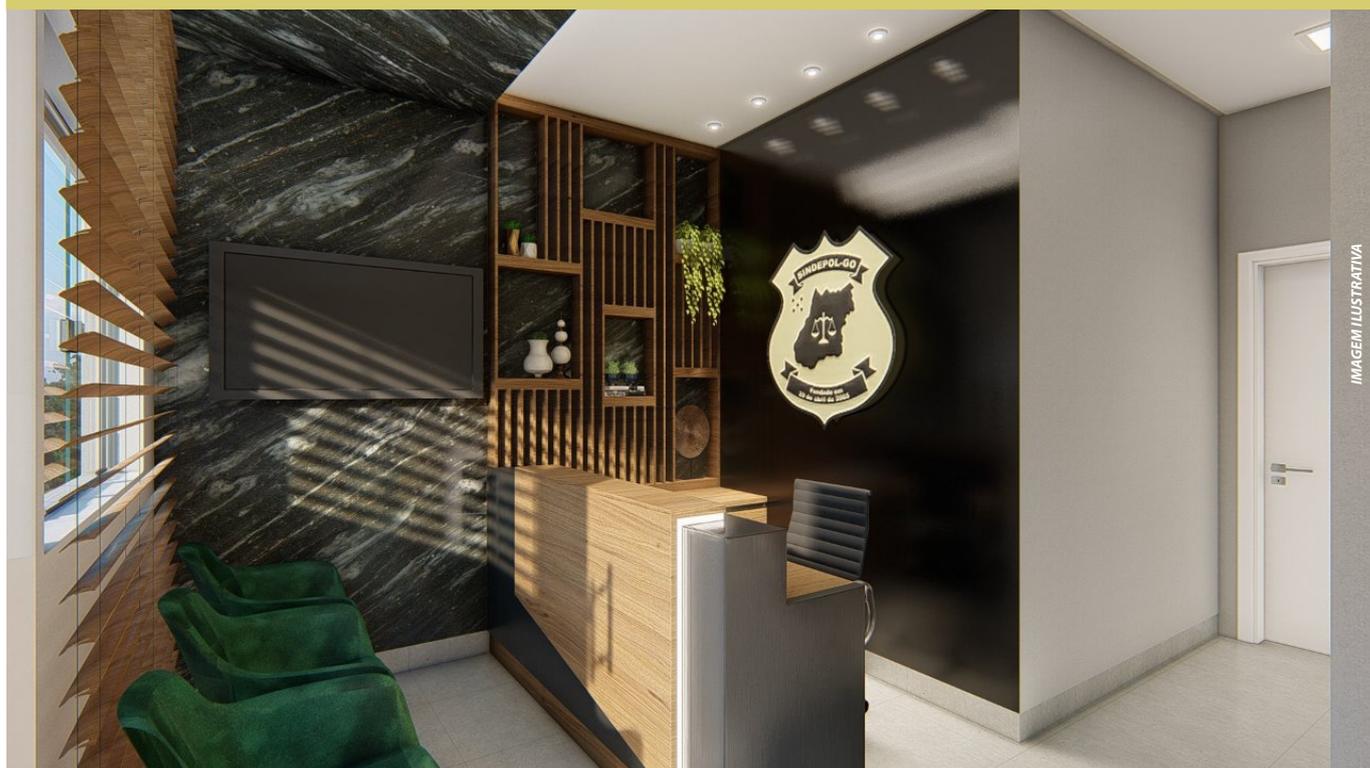


IMAGEM ILUSTRATIVA

MELHORIAS

Após a reforma, foram criados novos ambientes e o local, que antes parecia tumultuado e pequeno, agora é organizado e confortável tanto para os associados como para os funcionários. “O projeto é moderno, aproveitou o máximo possível os espaços, com custo baixo e conseguindo atender as necessidades dos colaboradores (secretária, motorista, presidente, tesoureiro) e também dos delegados em geral. Foi criada uma nova sala de reunião, planejada, maior e mais espaçosa para conferências públicas, além de uma copa maior e planejada. Foi adicionado também um ar condicionado na recepção, melhorando bastante o ambiente”, explica o engenheiro Felipe Kalil sobre as mudanças estruturais na sede.



IMAGEM ILUSTRATIVA



IMAGEM ILUSTRATIVA

MELHORIAS

O projeto arquitetônico mesclou características tradicionais e contemporâneas para trazer elegância e conforto para a sede. “Quando o Dr. Adriano nos procurou, nossa missão era melhorar o espaço físico para que ficasse apto a receber e exercer a função do sindicato com a melhor qualidade.”, lembra a arquiteta Renata Moreira.

Segundo ela, além de problemas estruturais como a parte elétrica, a sala de reunião e da presidência não atendiam ao necessário. “Tentamos transformar aquele ambiente em um espaço moderno com elementos clássicos e referências da própria polícia. Completamos o projeto com um painel preto que já existia na entrada e com boiseries, um painel decorativo para as imagens dos presidentes na sala de reunião, que é algo simples e barato de implementar, além de esteticamente interessante”.

Outra opção foi o uso de papel de parede, mais barato, por exemplo do que revestimentos. “Conseguimos oferecer a elegância que o ambiente precisa com ideias de fácil execução”, ressalta a arquiteta.





Delegado dá dicas de como assar o churrasco ideal, do corte da carne até os temperos, bem como a lenha a ser utilizada. Além disso, ensina alguns truques para que a carne fique mais saborosa e macia

Um dos eventos mais populares em Goiás, a “churrascada” é das comemorações mais comuns, práticas e rápidas de se organizar e, com certeza, será sempre sucesso de público, pois é um encontro descontraído, informal, alegre e bastante democrático. Sem contar que o churrasco em casa de amigos permite uma prática que outros momentos sociais dificilmente aceitariam: a colaboração, quando cada convidado pode levar a sua contribuição em forma de carnes, embutidos ou algum acompanhamento obrigatório do churrasco. A popularidade do churrasco é tão grande em Goiás que, de alguns anos para cá, muitas pessoas têm procurado se especializar na arte de fazer um bom corte, assar as carnes de maneira mais elaborada e adotar técnicas novas utilizadas em outras regiões e países, para além das tradicionais grelha e espeto.

É o caso do **delegado Arthur Fleury**, um apaixonado pelo churrasco tanto pelo que ele é enquanto alimento quanto pelo que o ato de assar as carnes e receber amigos proporciona. “O churrasco é uma coisa cultural em Goiás. Desde criança minha família recebe parentes e amigos em casa em torno do churrasco, o que despertou em mim o interesse por aprender mais a respeito. Sem contar que é um dos meus pratos favoritos”, conta.

O churrasco ideal

Para o delegado Arthur, não há exatamente o churrasco ideal, já que isso tem a ver com o gosto de cada pessoa. Ele, particularmente, prefere a parilla argentina ou uruguaia, que consiste em assar as carnes em um braseiro, onde se queima a lenha até ela virar carvão. Por essa técnica, a carne é disposta em uma grelha, que fica na vertical, com uma leve inclinação, para que a gordura escorra até um recipiente próprio para retê-la e evitar a formação de labaredas quando em contato com a brasa. Arthur garante que esse método é ideal para cortes mais altos, quando os bifés são mais grossos, cortados de um jeito especial.

No entanto, o delegado também aprecia o churrasco feito no espeto e o de fogo de chão, ao ar livre, onde geralmente se assa a costela, que fica em torno da brasa, por entre dez e 12 horas, dada a rusticidade desta técnica. Em relação aos temperos, Arthur prefere apenas o sal grosso, sempre – ou o sal de parilla, que é um meio termo entre o sal fino e o grosso. Eventualmente, em alguns carnes ele utiliza o chimichurri, tempero tipicamente argentino.



Para aves e peixes, o delegado também utiliza sal grosso, mas acrescenta que a carne suína, por exemplo, vai muito bem com alecrim e páprica. “Aves e peixes, basicamente, coloco ervas, sal de parilla e azeite, para que fiquem o mais natural possível”, recomenda.

Quanto ao carvão ou lenha, Arthur diz que o ideal é que a lenha seja de madeira de laranjeira, mas como é muito difícil encontrar essa madeira em Goiás, usa-se a lenha de jabuticabeira ou de goiabeira. “A lenha de árvores frutíferas dá mais sabor para a defumação do churrasco, mas como é muito difícil – e caro – uso lenha de eucalipto misturada com o carvão”, explica.

Picanha de tira

Um dos cortes preferidos do delegado churrasqueiro é a picanha de parilla, ou de tira, como é mais conhecida. Ele diz que, como é uma carne muito macia, e no Brasil cortada da maneira tradicional, interessou-se pela picanha de tira, cujo diferencial é o corte, feito em tiras do modo contrário ao brasileiro. “Dessa maneira, a picanha fica ainda mais macia”, conta.

“Além disso, esse corte em tiras, feito contra a fibra, é mais democrático, pois permite que todos comam ao menos um pedacinho da ponta da picanha, a melhor parte”, diz.



A picanha de tira pode ser feita na churrasqueira de parilla ou na grelha convencional, com uma espessura de dois dedos para que fique bem alta. “Em seguida, tira-se a ponta da picanha para que a carne fique num formato mais retangular e selamos a carne”, esclarece.

Selar, explica o delegado, é levar a carne à churrasqueira bem quente, esperar que cada lado fique bem dourado e depois virar a carne e repetir esse mesmo processo com a parte da gordura.

“Feito isso, deve-se tirar a carne da churrasqueira e reservar para que descanse”.

Após a carne descansar por alguns minutos, o próximo passo é cortá-la em tiras e devolvê-la para a churrasqueira para assar até o ponto ideal, que vai do gosto de cada um. Arthur aconselha o ponto a menos –, tudo sem sal, que só é incorporado à picanha em tiras apenas na hora de servir.

Ao atingir o ponto, a carne deve descansar por cerca de três minutos antes de ser servida, para impedir que os “sucos” saiam e fique mais macia. Só então entra o sal de parilla, para que a carne não se desidrate, o que iria acontecer se a carne tivesse sido temperada antes de ir à churrasqueira.



A. MONTEIRO

CONSTRUTORA E INCORPORADORA



EXECUÇÃO



CONSULTORIA



**GESTÃO DE OBRAS
RESIDENCIAIS E COMERCIAIS**



PROJETOS

✉ felipekalil.eng@gmail.com

☎ (62) 98114-8438 📞



SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DE GOIÁS

📍 Rua 146, n. 396 Qd. 58 Lt 13

📍 Galeria 146 - Setor Marista
74170-090 - Goiânia em Goiás

☎ Fone: (62) 3541-8311

📠 Fax: (62) 3541-8327

🏠 Home: www.sindepol.com.br

✉ Email: sindepol@sindepol.com.br